

**Boletim Número 83****Data: Abril – Maio – Junho/2019****EDITORIAL**

O Boletim Proealc nº 83 é editado no momento em que completam-se seis meses do Governo Jair Bolsonaro no Brasil. O clima hostil que permeou todo o período pré e durante o pleito eleitoral no Brasil vai paulatinamente cedendo lugar à desconfiança generalizada em mudanças que possam de fato beneficiar a maioria da população. Com o aumento do desemprego, aumento do custo de vida nas principais capitais, falência da rede pública de saúde e de serviços assistenciais, e ameaça de uma reforma da previdência que inviabilizaria a aposentadoria de gerações, além de penalizar a população idosa pobre, semblantes fechados e angustiados podem ser vistos nos quatro cantos do país. Apesar das particularidades históricas brasileiras tornarem a crise uma espécie de fio condutor do recrudescimento das perversidades específicas da nossa cultura política, podemos aferir que a crise não é privilégio brasileiro. Antes, nos encontramos diante de uma quadra histórica em que o adensamento da crise é a regra da forma social capitalista. Nesse sentido, abrimos o Boletim nº 83 com artigo de Eliane Brum que traz importante balanço dos primeiros cem dias do atual (des) governo do qual nos encontramos refêns, mas seguimos com reportagens que indicam alguns dos efeitos da crise em outros países da América Latina, como a Argentina, a crise humanitária na Venezuela e seus impactos na Colômbia, além da crise migratória e seus efeitos em El Salvador, país da América Central, e, em termos de relações internacionais, nos Estados Unidos. Apontaremos ainda um movimento que neste trimestre tentou fazer frente, no Brasil, ao “domínio dos perversos”: além dos movimentos que agitaram o Primeiro de Maio, o movimento iniciado em todo o país contra os cortes na educação unificou diversos segmentos e entrou na “queda de braço” travada tanto nas redes sociais e aplicativos de troca de mensagens quanto nas ruas.

Boa leitura,

**Profa. Dra. Silene de Moraes Freire**  
**Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ**

**Dra. Larissa Costa Murad**  
**Bolsista PNPd/ CAPES**  
**Pesquisadora do PROEALC/CCS/UERJ**

***Em Foco I******Cem dias sob o domínio dos perversos***

**Por Eliane Brum\***  
**10/04/2019**

Os 100 dias do Governo Bolsonaro fizeram do Brasil o principal laboratório de uma experiência cujas consequências podem ser mais destruidoras do que mesmo os mais críticos previam. Não há precedentes históricos para a operação de poder de Jair Bolsonaro (PSL). Ao inventar a antipresidência, Bolsonaro forjou também um governo que simula a sua própria oposição. Ao fazer a sua própria oposição, neutraliza a oposição de fato. Ao lançar declarações polêmicas para o público, o governo também domina a pauta do debate nacional, bloqueando qualquer possibilidade de debate real. O bolsonarismo ocupa todos os papéis, inclusive o de simular oposição e crítica, destruindo a política e interditando a democracia. Ao ditar o ritmo e o conteúdo dos dias, converteu um país inteiro em refém.

A violência de agentes das forças de segurança do Estado nos primeiros 100 dias do ano, como a execução de 11 suspeitos em Guararema (SP), pela polícia militar, e os 80 tiros disparados contra o carro de uma

família por militares no Rio de Janeiro, pode apontar a ampliação do que já era evidente no Brasil: a licença para matar. Mais frágeis entre os frágeis, os ataques a moradores de rua podem demonstrar uma sociedade adoecida pelo ódio: em apenas três meses e 10 dias, pelo menos oito mendigos foram queimados vivos no Brasil. Bolsonaro não puxou o gatilho nem ateou fogo, mas é legítimo afirmar que um Governo que estimula a guerra entre brasileiros, elogia policiais que matam suspeitos e promove o armamento da população tem responsabilidade sobre a violência.

Este artigo é dividido em três partes: perversão, barbárie e resistência.

### 1) A Perversão

Tanto a oposição quanto a imprensa quanto a sociedade civil organizada e até mesmo grande parte da população estão vivendo no ritmo dos espasmos calculados que o bolsonarismo injeta nos dias. É por essa razão que me refiro à “perversão” no título deste artigo. Estamos sob o jugo de perversos, que corrompem o poder que receberam pelo voto para impedir o exercício da democracia.

Como tem a máquina do Estado nas mãos, podem controlar a pauta. Não só a do país, mas também o tema das conversas cotidianas dos brasileiros, no horário do almoço ou junto à máquina do café ou mesmo na mesa do bar. O que Bolsonaro aprontará hoje? O que os bolsos juniores dirão nas redes sociais? Qual será o novo delírio do bolsochanceler? Quem o bolsoguru vai detonar dessa vez? Qual será a bolsopolêmica do dia? Essa tem sido a agenda do país.

Mas essa é apenas parte da operação. Para ela, Bolsonaro teve como mentor seu ídolo Donald Trump. O bolsonarismo, porém, vai muito mais longe. Ele simula também a oposição. Assim, a sociedade compra a falsa premissa de que há uma disputa. A disputa, porém, não é real. Toda a disputa está sendo neutralizada. Quando chamo Bolsonaro de “antipresidente”, não estou fazendo uma graça. Ser antipresidente é conceito. Quem é o principal opositor da reforma da Previdência do ultraliberal Paulo Guedes, ministro da Economia? Não é o PT ou o PSOL ou a CUT ou associações de aposentados. O principal crítico da reforma do “superministro” é aquele que nomeou o superministro exatamente para fazer a reforma da Previdência. O principal crítico é Bolsonaro, o antipresidente.

Como quando diz que, “no fundo, eu não gostaria de fazer a reforma da Previdência”. Ou quando diz que a proposta de capitalização da Previdência “não é essencial” nesse momento. Ou quando afirmou que poderia diminuir a idade mínima para mulheres se aposentarem. É Bolsonaro o maior boicotador da reforma do seu próprio Governo.

Enquanto ele é ao mesmo tempo situação e oposição, não sabemos qual é a reforma que a oposição real propõe para o lugar desta que foi levada ao Congresso. Não há crítica real nem projeto alternativo com ressonância no debate público. E, se não há, é preciso perceber que, então, não há oposição de fato. Quem ouve falar da oposição? Alguém conhece as ideias da oposição, caso elas existam? Quais são os debates do país que não sejam os colocados pelo próprio Bolsonaro e sua corte em doses diárias calculadas?

É pelo mesmo mecanismo que o bolsonarismo controla as oposições internas do Governo. Os exemplos são constantes e numerosos. Mas o uso mais impressionante foi a recente ofensiva contra a memória da ditadura militar. Bolsonaro mandou seu porta-voz, justamente um general, dizer que ele havia ordenado que o golpe de 1964, que completou 55 anos em 31 de março, recebesse as “comemorações devidas” pelas Forças Armadas. Era ordem de Bolsonaro, mas quem estava dizendo era um general da ativa, o que potencializa a imagem que interessa a Bolsonaro infiltrar na cabeça dos brasileiros.

Aparentemente, Bolsonaro estava, mais uma vez, enaltecendo os militares e dando seguimento ao seu compromisso de fraudar a história, apagando os crimes do regime de exceção. Na prática, porém, Bolsonaro deu também um golpe na ala militar do seu próprio Governo. Como é notório e escrevi aqui já em janeiro, os militares estão assumindo – e se esforçando para assumir – a posição de adultos da sala ou controladores do caos criado por Bolsonaro e sua corte barulhenta. Estão assumindo a imagem de equilíbrio num Governo de desequilibrados.

Esse papel é bem calculado. A desenvoltura do vice general Hamilton Mourão, porém, tem incomodado a bolsomonarquia. O que pode então ser mais efetivo do que, num momento em que mesmo pessoas da esquerda têm se deixado seduzir pelo “equilíbrio” e “carisma” de Mourão, lembrar ao país que a ditadura dos generais sequestrou, torturou e assassinou civis?

Bolsonaro promoveu a memória dos crimes da ditadura pelo avesso, negando-os e elogiando-os. Poucas vezes a violência do regime autoritário foi tão lembrada e descrita quanto neste 31 de março. Foi Bolsonaro quem menos deixou esquecer os mais de 400 opositores mortos e 8 mil indígenas assassinados, assim como as dezenas de milhares de civis torturados. Para manter os generais no cabresto, Bolsonaro os jogou na fogueira da opinião pública fingindo que os defendia.

Ao mesmo tempo, Bolsonaro lembrou aos generais que são ele e sua corte aparentemente tresloucada quem faz o serviço sujo de enaltecer torturadores e impedir que pleitos como o da revisão da lei de anistia, que até hoje impediu os agentes do Estado de serem julgados pelos crimes cometidos durante a ditadura, vão

adiante. Como berrou o guru do bolsonarismo, o escritor Olavo de Carvalho, em um de seus ataques recentes contra o general da reserva Carlos Alberto dos Santos Cruz, ministro-chefe da Secretaria de Governo da presidência: “Sem mim, Santos Cruz, você estaria levando cusparadas na porta do Clube Militar e baixando a cabeça como tantos de seus colegas de farda”.

A ditadura deixou marcas tão fundas na sociedade brasileira que mesmo perseguidos pelo regime se referem a generais com um respeito temeroso. Nenhum “esquerdista” ousou dizer publicamente o que Olavo de Carvalho disse, ao chamar os generais de “bando de cagões”. Mais uma vez, o ataque, a réplica e a tréplica se passaram dentro do próprio Governo, enquanto a sociedade se mobilizava para impedir “as comemorações devidas”.

A exaltação do golpe militar de 1964 serviu também como balão de ensaio para testar a capacidade das instituições de fazer a lei valer. Mais uma vez, Bolsonaro pôde constatar o quanto as instituições brasileiras são fracas. E alguns de seus personagens, particularmente no judiciário, tremendamente covardes. Não fosse a Defensoria Pública da União, que entrou com uma ação na justiça para impedir as comemorações de crimes contra a humanidade, nada além de “recomendações” para que o Governo não celebrasse o sequestro, a tortura e o assassinato de brasileiros. Patético.

Outro exemplo é a demissão do ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez para colocar em seu lugar outro que pode ser ainda pior. Bolsonaro fritou o ministro que ele mesmo nomeou e o demitiu pelo Twitter. Ao fazê-lo, agiu como se outra pessoa o tivesse nomeado – e não ele mesmo. Chamou-o de “pessoa simpática, amável e competente”, mas sem capacidade de “gestão” e sem “expertise”. Mas quem foi o gestor que nomeou alguém sem capacidade de gestão e expertise para um ministério estratégico para o país? E como classificar um gestor que faz isso? Mais uma vez, Bolsonaro age como se estivesse fora e dentro ao mesmo tempo, fosse governo e opositor do governo simultaneamente.

Mesmo as minorias que promoveram alguns dos melhores exemplos de ativismo dos últimos anos passaram a assistir à disputa do Governo contra o Governo como espectadores passivos. Quem lutou pela ampliação dos instrumentos da democracia parece estar se iludindo que berrar nas redes sociais, também dominadas pelo bolsonarismo, é algum tipo de ação. A participação democrática nunca esteve tão nula.

A estratégia bem sucedida, neste caso, é a falsa disputa da “nova política” contra a “velha política”. O bate-boca entre Jair Bolsonaro e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), é só rebaixamento da política, de qualquer política. Se a oposição ao Governo é Maia, parlamentar de um partido fisiológico de direita, qual é a oposição? Bolsonaro e Maia estão no mesmo campo ideológico. Não há nenhuma disputa de fundo estrutural entre os dois, seja sobre a Previdência ou sobre qualquer outro assunto de interesse do país.

O mecanismo se reproduz também na imprensa. Aparentemente, parte da mídia é crítica ao Governo Bolsonaro. E, sob certo aspecto, é comprovadamente crítica. Mas a qual Governo Bolsonaro? Se Bolsonaro é mostrado como o irresponsável que é, o contraponto de responsabilidade, especialmente na economia, seriam outros núcleos de seu próprio Governo, conforme apresentado por parte da imprensa. Quando o insensato Bolsonaro atrapalha Guedes, o projeto neoliberal ganha um verniz de sensatez que jamais teria de outro modo.

Diante do populismo de extrema direita de Bolsonaro e seus companheiros de outros países, o neoliberalismo é apresentado como a melhor saída para a crise que ele mesmo criou. Mas Bolsonaro e seus semelhantes são os produtos mais recentes do neoliberalismo – e não algo fora dele. Onde então está o contraditório de fato? Qual é o espaço para um outro projeto de Brasil? Cadê as alternativas reais? Quais são as ideias? Onde elas estão sendo discutidas com ressonância, já que sem ressonância não adianta?

A imprensa ao mesmo tempo reflete e alimenta a paralisia da sociedade. Os cem dias mostraram que o Governo Bolsonaro é ainda pior do que o fenômeno Bolsonaro. Bolsonaro não se tornará presidente, “não vestirá a liturgia do cargo”, como esperam alguns. Não porque é incapaz, mas porque não quer. Bolsonaro sabe que só se mantém no poder como antipresidente, como enfatizei em artigo anterior. Bolsonaro só pode manter o poder mantendo a guerra ativa.

Recente pesquisa do Datafolha mostrou que ele é o presidente pior avaliado num início de governo desde a redemocratização do país. Mas Bolsonaro aposta que é suficiente manter a popularidade entre suas milícias e age para elas. Bolsonaro está dentro, mas ao mesmo tempo está fora, governando com sua corte e seus súditos. Governando contra o Governo. Essa é a única estratégia disponível para Bolsonaro continuar sendo Bolsonaro.

A oposição, assim como a maioria da população, foi condenada à reação, o que bloqueia qualquer possibilidade de ação. Se alguém sempre jogar a bola na sua direção, você sempre terá que rebater a bola. E quando pegar esta e liberar as mãos, outra bola é jogada. Assim, você vai estar sempre de mãos ocupadas, tentando não ser atingido. Todo o seu tempo e energia são gastos em rebater as bolas que jogam em você. Deste modo, você não consegue tomar nenhuma decisão ou fazer qualquer outro movimento. Também não consegue planejar sua vida ou construir um projeto. É uma comparação tosca, mas fácil de entender. É assim

que o governo Bolsonaro tem usado o poder para controlar o conteúdo dos dias e impedir a disputa política legítima das ideias e projetos.

## 2) A Barbárie

Mesmo a parcela mais organizada das minorias que tanto Bolsonaro atacou na eleição parece estar em transe, sem saber como agir diante dessa operação perversa do poder. Ao reagir, tem adotado o mesmo discurso daqueles que as oprimem, o que amplia a vitória do bolsonarismo.

Um exemplo. O vídeo divulgado por Bolsonaro no Carnaval, mostrando uma cena de “golden shower”, foi definido como “pornográfico” por muitos dos que se opõem a Bolsonaro. Mas este é o conceito de pornografia da turma do antipresidente. Adotá-lo é comungar de uma visão preconceituosa e moralista da sexualidade. É questionável que dois homens façam sexo no espaço público e este é um ponto importante. Não deveriam e não poderiam. Mas não é questionável o ato de duas pessoas adultas fazerem sexo consentido da forma que bem entenderem, inclusive um urinando no outro. O ato pornográfico é o de Bolsonaro, oficialmente presidente da República, divulgar o vídeo nas redes sociais. É dele a obscenidade. A pornografia não está na cena, mas no ato de divulgar a cena pelas redes sociais. Diferenciar uma coisa da outra é fundamental.

Outro exemplo. Quando a oposição tenta desqualificar o deputado federal Alexandre Frota (PSL) porque ele é ator pornô está apenas se igualando ao adversário. Qual é o problema de ser ator pornô? Só os moralistas do pseudoevangelismo desqualificam pessoas por terem trabalhos ligados ao sexo. Alexandre Frota deve ser criticado pelas suas péssimas ideias e projetos para o país, não porque fazia sexo em filmes para ganhar a vida. Criticá-lo por isso é jogar no campo do bolsonarismo e é também ser intelectualmente desonesto. Cada vez mais parte da esquerda tem se deixado contaminar, como se fosse possível deslegitimar o adversário usando o mesmo discurso de ódio.

Na mesma linha, o problema do ministro da Justiça, Sergio Moro, não é o fato de ele falar “conge” em vez de “cônjuge”, como fez por duas vezes durante audiência pública no Senado. Ridicularizar os erros das pessoas na forma de falar é prática das piores elites, aquelas que se mantêm como elite também porque detêm o monopólio da linguagem. Poderia se esperar que Moro falasse a chamada “norma culta da língua portuguesa” de forma correta, já que teve educação formal tradicional. Mas a disputa política deve se dar no campo das ideias e projetos.

O problema de Moro é ter, como juiz, interferido no resultado da eleição. E, em seguida, ser ministro daquele que suas ações como funcionário público ajudaram a eleger. O problema de Moro é criar um pacote anticrime que, na prática, pode autorizar os policiais a cometerem crimes. Pela proposta do ministro da Justiça, os policiais podem invocar “legítima defesa” ao matar um suspeito, alegando “escusável medo, surpresa ou violenta emoção”. Neste caso, a pena pode ser reduzida pela metade ou mesmo anulada. O problema de Moro que interessa ao país não é, definitivamente, usar “conge” em vez de “cônjuge”.

Compreender como o discurso de ódio vai se imiscuindo na mente de quem acredita estar se contrapondo ao ódio é eticamente obrigatório. Se o governo de Bolsonaro é também oposição e crítica ao próprio Governo, isso não significa que ele não tenha um projeto e que este projeto não esteja se impondo rapidamente ao país. Tem e está. Somos hoje um país muito pior do que fomos. E somos hoje um povo muito pior do que fomos. Parte do objetivo dos violentos e dos odiadores é normalizar a violência e o ódio pela repetição. O bolsonarismo tem conseguido realizar esse projeto com uma velocidade espantosa.

Apenas em 2019 ( e escrevo na primeira quinzena de abril), pelo menos oito – OITO – moradores de rua foram queimados vivos no Brasil. Este é apenas um levantamento feito com base no noticiário, pode ser mais. Em 1 de janeiro, um morador de rua de 27 anos foi incendiado quando dormia em Ponta Grossa, no Paraná. Alguém passou, jogou álcool e colocou fogo no seu corpo. Teve mais de 40% do corpo queimado. Em 21 de janeiro, um morador de rua foi encontrado incendiado e morto numa praça de Curitiba, capital paranaense. Quatro dias depois, em 25 de janeiro, José Alves de Mello, 56 anos, também morador de rua, foi agredido e queimado num imóvel abandonado da Grande Curitiba. Em 27 de fevereiro, uma moradora de rua foi queimada quando dormia embaixo de um viaduto, no Recife, capital do estado de Pernambuco. Ela sobreviveu. Em 17 de março, José Augusto Cordeiro da Silva, 27 anos, acordou já em chamas embaixo de uma marquise na cidade de Arapiraca, no estado de Alagoas. Morreu no hospital. Em 1 de abril, um homem aparentando 30 e poucos anos morreu carbonizado próximo à escada rolante de uma estação de trem em Santo André, no ABC Paulista. O caso foi registrado como “morte suspeita”. Em 3 de abril, Roberto Pedro da Silva, 46 anos, foi incendiado quando dormia numa obra abandonada em Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul. Um homem teria jogado combustível e ateado fogo em seu corpo. Em 7 de abril, um morador de rua aparentando 30 anos foi agredido a pedradas e incendiado no interior de um ginásio de esportes em Águas Lindas de Goiás, no entorno do Distrito Federal.

Se fôssemos gente decente de um país decente, paráramos exigindo o fim da barbárie.

Em 4 de abril, policiais militares mataram 11 dos 25 suspeitos de assaltar bancos no município de Guararema, na Grande São Paulo. O governador do estado, João Doria (PSDB), afirmou que vai condecorá-los. Até bem

pouco tempo atrás, um governador não ousaria dar medalhas a policiais que assassinaram suspeitos. Em nenhum país democrático do mundo matar suspeitos é considerado um bom desempenho policial. Pelo contrário.

No Brasil, que oficialmente não tem pena de morte, o governador do maior estado do país elogia e premia a execução de suspeitos por agentes da lei. Em março, a polícia paulista matou 64 pessoas. Bem mais do que em 2018, no mesmo mês, quando houve 43 homicídios por parte de policiais, o que já era uma enormidade. Autorizada pelas autoridades, a polícia brasileira, conhecida por ser uma das que mais mata no mundo, mostra que neste ano já começou a matar mais.

Se fôssemos um país decente de gente decente, parariamos diante da barbárie cometida por agentes da lei com autorização e estímulo de autoridades que não foram eleitas para promover a quebra do Estado de Direito.

No último domingo, 7 de abril, militares dispararam 80 tiros – OITENTA – contra o carro de Evaldo dos Santos Rosa, 51 anos, um músico negro que levava a sua família a um chá de bebê em Guadalupe, na zona norte do Rio de Janeiro. Ele morreu fuzilado. Seu filho de 7 anos viu o pai sangrar e soldados do Exército de seu país rirem do desespero da mãe. Graças a uma lei sancionada por Michel Temer, em 2017, os militares que atacaram uma família civil serão julgados não pela justiça comum, mas pela militar, que comprovadamente é corporativa e conivente com os crimes.

Se fôssemos um país decente de gente decente parariamos diante da barbárie e exigiríamos justiça.

### 3) A Resistência

O Brasil se espanta muito menos do que há bem pouco tempo atrás com o cotidiano de exceção. É justamente assim que o totalitarismo se instala. Pelas frestas do que se chama normalidade. Pelas mentes no senso comum e nas horas do dia. Depois, é só oficializar. O Brasil já vive sob o horror da exceção. A falsificação da realidade, a corrupção das palavras e a perversão dos conceitos são parte da violência que se instalou no Brasil. São parte do método. Essa violência subjetiva tem resultados bem objetivos – e multiplica, como os números já começam a apontar, a violência contra os corpos. Não quaisquer corpos, mas os corpos dos mais frágeis.

O desafio – urgente, porque já não há mais tempo – é resgatar o que resta de democracia no Brasil. É pela pressão popular que as instituições podem se fortalecer ao serem lembradas que não servem aos donos do poder nem aos interesses de seus membros, mas à sociedade e à Constituição. É pela pressão por outros diálogos e outras ideias e outras realidades que ainda respiram no país que a imprensa pode abrir espaço para o pluralismo real. É pela pressão por justiça e pelo levante contra a barbárie que podemos salvar nossa própria alma adoecida pelos dias.

O resgate da democracia pelo que ainda resta dela, aqui e ali, não será tarefa de outros. Como já escrevi antes, só há nós mesmos. Nós, os que resistimos a entregar o Brasil para os perversos que hoje o governam – e o governam também pelo controle dos espasmos diários que impõem aos brasileiros.

Eu gostaria de dizer: “Acordem!”. Mas não é que os brasileiros estejam dormindo. Parece mais uma paralisia, a paralisia do refém, daquele que vive o horror de estar entregue ao controle do perverso. Não é mais desespero, é pavor. Precisamos encontrar caminhos para romper o controle, sair do jugo dos perversos, tirar a pauta dos dias de suas mãos.

Como?

Essa resposta ninguém vai construir sozinho. A minha é que precisamos criar o “comum”. O que aqui chamo de comum é o que nos mantém amalgamados, o que permite que, ao conversarmos, partimos do consenso de que a cadeira é cadeira e a laranja é laranja e que nenhum de nós dois sente na laranja e coma a cadeira (leia aqui). Os perversos corromperam a palavra – e têm repetido que a cadeira é laranja. Só por isso podem dizer que o Brasil está ameaçado pelo “comunismo” ou que o nazismo é de “esquerda” ou que o aquecimento global é um “complô marxista”. Essas três afirmações, apenas como exemplo, não têm lastro na realidade. É o mesmo que dizer que laranja é cadeira. Apenas que menos gente tem clareza do que foi o nazismo e do que é o comunismo e do que é o aquecimento global, tornando mais fácil embrulhar as coisas.

Eles repetem e repetem, assim como tantas outras corrupções da realidade, porque corromperam o voto que receberam ao usar a estrutura do Estado para produzir mentiras. É assim que os perversos enlouquecem uma população inteira – e a submetem: dizendo que laranja é cadeira dia após dia. As palavras deixam de significar, a linguagem é rompida e corrompida e a conversa se torna impossível. Como você vai falar com alguém sobre laranjas se o outro acha que laranja é cadeira? É isso que hoje acontece no Brasil, e este ataque é desferido diariamente pelas redes sociais dominadas pelo bolsonarismo.

Precisamos voltar a encarnar as palavras. Ou enlouqueceremos todos. A criação do comum começa pela linguagem (Escrevi sobre isso aqui e aqui). Precisamos também criar comunidade. Não comunidade de internautas que ficam gritando cada um atrás da sua tela. Mas comunidade real, que exige presença, exige corpo, exige debate, exige negociação, exige compartilhamento real. Não há nada que os regimes de exceção

temam mais do que pessoas que se juntam para fazer coisas juntas. É por isso que Bolsonaro tanto critica o ativismo e os ativistas – e já deu vários passos na direção da criminalização do ativismo e dos ativistas.

O ativista é aquele que deixa o conforto do seu umbigo e do seu entorno protegido para exercer a solidariedade. Governos como o de Bolsonaro agem para que cada um veja o outro como inimigo, e por isso temem o ativismo. Os bolsonaristas se alimentam da guerra porque a guerra separa as pessoas e faz com que elas não tenham tempo para criar futuro. A solidariedade é um gesto temido pelos autoritários. Por que você não está em casa lustrando o seu umbigo, é o que gostariam de perguntar? Ao corromper as palavras, é também esse o objetivo. Condenar cada um à prisão do seu silêncio (ou do seu eco), incapaz de alcançar o outro pela falta de uma linguagem comum.

Assim, tentam eliminar a solidariedade à bala. Ou exilá-la. Mandá-la para fora do país que privatizaram para si. Bolsonaro disse isso com todas as letras. É o que tem feito com os movimentos sociais e suas lideranças. É também por isso que é necessário uma polícia com autorização para matar, como quer Bolsonaro, e como obedece Sergio Moro.

A polícia, cada vez mais, se torna também ela uma milícia privada dos donos do poder. Deixa de exercer seu dever constitucional de proteger a população para exercer a guerra contra a população. Durante a intervenção federal no Rio, policiais civis e militares mataram 1.543 pessoas. Em 2018, um em cada quatro homicídios no Rio de Janeiro foi cometido por um policial – e isso segundo os registros das próprias polícias. Ninguém tem qualquer dúvida que a maioria dos mortos é negra – e é pobre.

Quando vai para as ruas nos protestos, o que a polícia reprime não é o que chama de “baderneiros” ou “vândalos”, mas a solidariedade. Ao bater nos corpos, sufocá-los com bombas de gás lacrimogêneo, o que querem é controlar os corpos, castigá-los porque em vez de ficarem trancados em casa coçando a barriga foram às ruas lutar pelo coletivo. Como assim você luta pelo outro e não apenas por si mesmo? Como você ousa ser solidário se a regra do neoliberalismo é cuidar apenas de si e dos seus?

Resistir ao medo e se juntar para criar futuro é o ato primeiro de resistência. Se nos encarcerarmos em casa, como o governo quer, armados também, como o governo quer, atirando uns nos outros, como o governo quer, a guerra continuará sendo ampliada, porque só assim os perversos nos mantêm sob controle e se mantêm no poder. Se contarmos apenas como um não podemos nada. Temos que ser um+ um+ um. E então poderemos muito.

A arte é também um instrumento poderoso. Não foi por outro motivo que ela foi tachada de “pornográfica” e “pedófila” pelas milícias da internet nos últimos anos. Não é por outro motivo que o bolsonarismo investe contra a lei Rouanet e desmonta os mecanismos culturais. A arte não é firula. Ela tira as pessoas do lugar. Ela faz pensar. Ela questiona o poder. E ela junta os diferentes.

Precisamos fazer arte. Mais uma vez, vou indicar aqui o livro da Pussy Riot Nadya Tolokonnikova (Pussy Riot, um guia punk para o ativismo político, Ubu Editora, 2019). A arte é um ato ao alcance de todos nós. O maior golpe contra o Governo do déspota Vladimir Putin veio de um bando de garotas que não sabe nem cantar nem tocar direito, mas fazem arte tocando e cantando o ridículo dos perversos.

Rir. Precisamos rir. Rir junto com o outro, não rir do desespero do outro. É o perverso que gosta de rir sozinho, é o perverso que goza da dor do outro, como faz Bolsonaro, como riram os soldados que deram 80 tiros no carro da família que ia para um chá de bebê. O deles não é riso, é esgar. Já o riso junto com o outro tem uma enorme potência.

Vamos rir juntos dos perversos que nos governam. Vamos responder ao seu ódio com riso. Vamos responder à tentativa de controle dos nossos corpos exercendo a autonomia com os nossos corpos. Vamos libertar as palavras fazendo poesia. Como escrevi tantas vezes aqui: vamos rir por desaforo. E amar livremente.

Rir despidoradamente diante de suas metralhadoras de perdigotos. O ódio não é para nós, o ódio é para os fracos. Vamos afrontá-los denunciando o ridículo do que são. Vamos praticar a desobediência às regras que não criamos. Temos que desobedecer a esse desgoverno. É assim que se quebra o jugo dos perversos. Levando-os suficientemente a sério para não levá-los a sério.

E temos que começar a imaginar o futuro. É assim que o futuro começa, sendo imaginado. Ninguém consegue viver num presente sem futuro. Mas é impossível controlar quem é capaz de imaginar depois que já começou a imaginar. A imaginação é a melhor companheira do riso.

Sim, ninguém solta a mão de ninguém. Mas não vamos ficar segurando as mãos uns dos outros paralisados e em pânico. Vamos rir e criar futuro. Juntos. Lembrem-se que “a alegria é a prova dos nove”. Nos cem dias que já dura o domínio oficial dos perversos, foi o Carnaval quem mais desafiou o exercício autoritário do poder. Pela alegria, pela sátira, pelo riso, pelos corpos nas ruas.

Não há lei que nos obrigue a obedecer a um Governo de perversos. Desobedeçam aos senhores do ódio. Os próximos cem dias – e todos os outros que virão – precisam voltar a nos pertencer.

\* **Eliane Brum** é escritora, repórter e documentarista. Autora dos livros de não ficção *Coluna Prestes - o Aveso da Lenda*, *A Vida Que Ninguém vê*, *O Olho da Rua*, *A Menina Quebrada*, *Meus Desacontecimentos*, e do romance *Uma Duas*.

Link: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/10/opinion/1554907780\\_837463.html?fbclid=IwAR3ZOKVHY-cqntILm2vNQpwwTWdNjR7GtHCeokmvohc4XQhzVAAqIpA2I](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/10/opinion/1554907780_837463.html?fbclid=IwAR3ZOKVHY-cqntILm2vNQpwwTWdNjR7GtHCeokmvohc4XQhzVAAqIpA2I)

## *Em Foco II*

### *Por que está cada vez mais difícil sobreviver na Argentina*

**Por: Veronica Smink**  
**07/04/2019**

A argentina Mabel é empregada doméstica e seu marido trabalha no setor de transportes de carga. O dinheiro nunca sobrou na casa da família, mas, até recentemente, eles conseguiam se manter e sustentar a filha de 6 anos.

Isso mudou.

"Meu marido não tem conseguido trabalho, e o meu dinheiro não chega até o fim do mês", conta Mabel à BBC News Mundo, serviço em espanhol da BBC.

"Faz muito tempo que não consigo comprar frutas para minha filha. Outro dia ela me disse: 'estou com fome, mamãe'", acrescenta, com os olhos marejados.

Mabel é uma entre centenas de milhares de pessoas que formam a classe operária argentina e que hoje correm o risco de sucumbir à pobreza.

Estatísticas oficiais de 2018 recém-publicadas pelo governo dão a dimensão do problema: 32% dos argentinos são pobres, um aumento de 6,3% em relação ao ano anterior.

São, na prática, 2,7 milhões de pessoas que caíram para baixo da linha de pobreza no intervalo de apenas um ano. Delas, cerca de 800 mil vivem na indigência.

O mesmo Instituto Nacional de Estatística e Censo (Indec) que divulgou o avanço da pobreza também indicou de quanto dinheiro uma família típica (dois adultos e duas crianças) precisa mensalmente para não ser pobre: 27.570 pesos (cerca de R\$ 2.500).

Isso, porém, equivale a mais de dois salários mínimos, hoje em 12.500 pesos (R\$ 1.127) - daí a dificuldade para tantos argentinos conseguirem se sustentar.

Os idosos também são um grupo economicamente vulnerável: a aposentadoria mínima - recebida por cerca de 70% dos 8 milhões de aposentados do país - é de 10.400 pesos (R\$ 940).

Ou seja, para grande parte da população, a conta simplesmente não fecha. E por trás disso está uma conjunção de graves problemas econômicos.

Desvalorização, inflação e recessão

O motivo pelo qual muitos salários perderam poder de compra em 2018 foi a vertiginosa inflação: de 47% no ano passado, a mais elevada em quase três décadas.

Essa alta está diretamente atrelada ao fortíssimo aumento do dólar, que dobrou de valor no último ano perante o peso.

Isso, em meio ao estancamento da economia - ou seja, a uma recessão -, forçou muitas pequenas e médias empresas a fecharem suas portas, levando consigo milhares de empregos.

Segundo as cifras oficiais, o desemprego aumentou quase dois pontos percentuais em 2018, alcançando 9,1%, o índice mais alto desde 2005. Também cresceu a precariedade do trabalho.

E, embora o aumento do dólar afete principalmente os preços dos produtos importados, o impacto cambial se reflete em praticamente todo o comércio argentino - em um nível maior do que em qualquer outro país latino-americano. Segundo economistas, diante de uma indústria pouco diversificada e de uma histórica falta de confiança dos argentinos em sua moeda, mudanças cambiais são sentidas com mais força do que nos vizinhos.

Alta do leite e de outros produtos básicos

O preço do litro de leite é um dos que mais dispararam: de 10,50 pesos (R\$ 0,95 na cotação atual) no final de 2015, quando tomou posse o presidente Mauricio Macri, para 40 pesos (R\$ 3,60).

O queijo, a manteiga e a carne também se tornaram itens fora do alcance do bolso de muitos argentinos de classe média baixa.

Muitas famílias, como a de Mabel, pararam de comprar frutas, verduras e carnes, e hoje sua dieta se baseia em alimentos mais baratos, mas de menor valor nutricional, como o macarrão.

O Unicef, braço da ONU para a infância, advertiu recentemente que o impacto da pobreza na Argentina tem efeitos especialmente graves sobre as crianças.

"Cerca de 42% (ou 5,5 milhões) dos meninos, meninas e adolescentes vivem abaixo da linha de pobreza", advertiu um relatório da organização publicado no final de março.

O órgão adverte que quase metade das crianças argentinas "sofre ao menos uma privação em seus direitos básicos e fundamentais".

"A Argentina enfrenta atualmente uma situação econômica complexa, tanto do ponto de vista dos indicadores macroeconômicos como em relação a indicadores sociais e às condições de vida de uma parte significativa da população", prosseguiu o texto.

Panorama complicado

Mas talvez o mais preocupante seja o fato de que o panorama para 2019 esteja longe de ser alentador.

Em março, a moeda argentina voltou a sofrer outra brutal desvalorização, e a escalada do dólar já alcançou 13% neste primeiro trimestre.

Como isso afeta diretamente os preços nas gôndolas, mais pessoas têm mais dificuldades em adquirir bens básicos.

Além disso, em abril foram anunciados novos aumentos nos preços do transporte público e dos combustíveis - só o gás subiu mais de 1.000% desde a posse de Macri.

O mal-estar social gerado pelos chamados "tarifaços", em meio à desvalorização e à recessão, pode se tornar mais agudo à medida que se aproxima o 11 de agosto, data em que os argentinos irão às urnas para escolher, em primárias, quem disputará a eleição presidencial de 27 de outubro. O pleito possivelmente voltará a colocar frente a frente Macri e sua antecessora e rival, Cristina Kirchner.

'Aguentar'

O governo, ao mesmo tempo, diz que a situação vai melhorar.

"Em nenhum momento existe mais escuridão do que no segundo antes do amanhecer", afirmou Macri, em um questionado bordão pronunciado em meio à mais recente escalada do dólar.

O presidente também pediu paciência à população.

"As pessoas têm de aguentar, temos de sair todos juntos dessa situação, não existem soluções mágicas", afirmou, atribuindo os problemas ao que chama de medidas populistas implementadas pelo kirchnerismo.

Segundo alguns economistas, existem alguns poucos sinais de melhora no curto prazo.

Neste mês, começam a entrar no país os dólares provenientes da colheita da soja - que deve ser recorde -, além de cerca de US\$ 10 bilhões de um total de US\$ 57 bilhões do empréstimo que a Argentina pediu ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

E, no meio de tantos indicadores negativos, a atividade econômica trouxe alento ao subir 0,6% em janeiro - primeiro número positivo depois de um ano em baixa.

O governo afirma que isso é um sinal de que a economia, depois de ter chegado ao fundo do poço, está reagindo.

Mas essa cifra ainda não significa muito para as milhões de pessoas preocupadas em como alimentar seus filhos ou pagar suas contas de gás, que devem encarecer à medida que o inverno se aproxima.

Muitos argentinos pedem ajustes salariais indexados à inflação, uma queixa que - liderada pelos sindicatos - deve aumentar as tensões sociais com a aproximação das eleições presidenciais.

**Link:** <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47780629>

## *Em Foco III*

***Crise na Argentina: valor da cesta básica total em Buenos Aires sobe quase 60% em um ano***

**Estudo da prefeitura da cidade argentina indica que uma família de quatro pessoas precisa ter um rendimento mensal de 29.304,13 pesos por mês para escapar da linha de pobreza**

*Por Lucas Estanislau  
24/05/2019*

A cesta básica total (CBT) em Buenos Aires, na Argentina, aumentou 3,4% no mês de abril de 2019 em comparação com o mês de março do mesmo ano, e 57,6% em 12 meses, segundo um relatório divulgado pela prefeitura da cidade nesta terça-feira (21/05). A capital serve como referência de índices econômicos para o país inteiro.



De acordo com a Direção Geral de Estatísticas e Censos (DGEeC), no mês de abril, uma família composta por duas pessoas adultas de 35 anos e duas crianças entre 6 e 9 anos precisaria ter um rendimento mensal de 29.304,13 pesos (R\$ 2.630,03, no câmbio desta sexta, 24 de maio) por mês para escapar da linha de pobreza. O valor no mês de março era de \$ 28.330,36 (R\$ 2.542,64) e, em abril do ano passado, \$ 18.597,17 (R\$ 1.669,61).

O Instituto Nacional de Estatísticas e Censos da Argentina (Indec) usa dois tipos de cesta básica para determinar a pobreza da população: a Cesta Básica Alimentar (CBA), que compreende itens básicos de alimentação, e a CBT, que contém todos os itens da primeira mais bens e serviços não alimentares como transporte, roupas, educação etc.

Famílias que não possuem rendimento suficiente para adquirir a CBT são classificadas como pobres; as que não conseguem pagar a CBA, estão na situação de pobreza extrema.

De acordo com o documento, na cidade de Buenos Aires, a CBA aumentou 2,5% em abril em comparação ao mês de março, chegando aos 14.365,68 pesos (R\$ 1.291,37) para um lar com dois adultos e duas crianças. Em relação a abril de 2018, o preço da CBA aumentou 61,1%.

#### Pobreza e inflação

Segundo os últimos dados do Indec, referentes ao segundo semestre de 2018, a pobreza na Argentina atinge 14,3 milhões de pessoas, 3 milhões a mais do que o mesmo período em 2017. Cerca de 32% da população do país é pobre.

Ainda de acordo com os números, 2,9 milhões de pessoas passaram para a situação de pobreza nas zonas urbanas do país. Comparado ao primeiro semestre de 2018, antes do governo pedir o empréstimo de 56,3 bilhões de dólares ao FMI, a pobreza aumentou 4,7%.

A inflação de abril deste ano ficou em 3,4% e, no acumulado de 12 meses, chega a 55,8%. Nos primeiros quatro meses de 2019, a alta é de 15,6%.

No final de abril, o presidente Mauricio Macri anunciou o congelamento dos preços de 64 produtos considerados essenciais para tentar conter a inflação. Quinze dias depois do início da medida, um levantamento realizado pela Defensoria Pública da província de Buenos Aires indicou que 49% dos produtos incluídos no congelamento estão em falta nos supermercados da região.

**Link:** [https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/58647/crise-na-argentina-valor-da-cesta-basica-total-em-buenos-aires-sobe-quase-60-em-um-ano?fbclid=IwAR2rf4Wzb7pOFolssX\\_UL25Xw-8sGxXSsb-2Bec7y3iZTEZFRxU8WirNfj](https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/58647/crise-na-argentina-valor-da-cesta-basica-total-em-buenos-aires-sobe-quase-60-em-um-ano?fbclid=IwAR2rf4Wzb7pOFolssX_UL25Xw-8sGxXSsb-2Bec7y3iZTEZFRxU8WirNfj)

## *Em Foco IV*

### *Colômbia: o outro lado da crise na Venezuela*

**Por: Rafael Belincanta\***  
**27/06/2019**

Uma floresta de cactos delinea a paisagem desértica. As estradas se transformaram em rios de lama com as chuvas torrenciais de inverno, que este ano chegaram mais tarde. Um dos carros do comboio das Nações Unidas, o que leva a equipe de reportagem, atola e precisa ser rebocado.

Tudo é observado por olhares curiosos de algumas vacas e cabras que se distraem da procura de novos brotos entre os espinhos. Assim entramos em La Guajira, zona semiárida no extremo norte da Colômbia na fronteira com a Venezuela, terra ancestral da etnia Wayuu.

O território detém o segundo menor índice de desenvolvimento humano da Colômbia. É marcado pela pobreza e conflitos armados, crises de governo e agora também pelas mudanças climáticas e pesada migração. Com a crise na Venezuela, o departamento de La Guajira passou a acolher a maior parte dos quase 1,3 milhão de imigrantes venezuelanos que entraram no país, além dos 22 mil colombianos retornados. Após cinco horas de estrada de chão batido chegamos à comunidade Guayabal onde o número de moradores quadruplicou nos últimos anos. Diante da situação de calamidade pública por falta de água e pela emergência migratória, o Programa Mundial de Alimentos (PMA – WFP, em inglês) entregou alimentos que devem garantir o sustento das famílias por três meses.

“A coisa mais importante que existe na comunidade é a solidariedade das nossas autoridades tradicionais ao dizer ‘venham, vocês são parte da família ancestral’. Ai, cedem um terreno aos recém-chegados e ali constroem uma casa. Das 26 famílias, somente seis são daqui. As outras 20 vieram da Venezuela”, conta Ramasio Tiller Ipuana, da etnia Wayuu, diretor do escritório do PMA em Riohacha.

Agora, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) em um programa de resposta rápida à crise alimentar, os Wayuu estão aprendendo a passar dos cultivos de subsistência à agricultura anual. Graças a poços artesianos – a maioria de água salobra – as comunidades têm água disponível para os animais e para os cultivos. “O sistema de irrigação nos permite plantar o ano inteiro. Antes, quando havia secas prolongadas morríamos de fome”, recorda Albino Ipuana, 23 anos.

Com a filha pequena no colo, José Inácio Panas, 29 anos, chegou da Venezuela à pé após cinco dias de viagem. Ele afirma que não pretende voltar. “Como eu transportava combustíveis de forma ilegal, um dia a polícia me parou e disse que me prenderia. Foi quando decidi deixar tudo para trás e voltar para minha terra e com a ajuda da FAO aprendemos a manejar o terreno e hoje posso dizer que sou um agricultor”, afirma.

### **Colheita garantida**

Outras quatro horas de viagem e chegamos à comunidade Tutchon. Um grande moinho de vento domina o horizonte em frente a uma pequena lavoura de milho. O terreno arenoso absorve a água em questão de poucos segundos. Porém, com a aplicação de adubos orgânicos provenientes da criação de caprinos e ovinos, os especialistas da FAO conseguiram chegar a um ponto ideal de qualidade e umidade do solo, principalmente por meio do plantio de leguminosas, que fixam o nitrogênio no solo.

“Nossa projeção é de que eles poderão seguir trabalhando por um ano e meio com a possibilidade de realizar entre três e quatro colheitas por ano ao aplicar a rotação de culturas”, aposta Humberto Rodriguez, coordenador de resiliência e riscos da FAO.

A FAO capacitou mais de 40 líderes em gestão de riscos para que pudessem aprender a cultivar no ambiente adverso onde vivem. “Trabalhamos com as características das comunidades, com o que elas têm no seu entorno, de uma maneira prática e simples, somando à ancestralidade tecnologias de produção de alimentos para consumo humano e animal”, conta Maria Consuelo Vergara, especialista em gestão de riscos da FAO.

A etnia Wayuu é organizada de forma matriarcal: são as mulheres que tomam as decisões que envolvem toda a comunidade. Embora as chamadas “autoridades tradicionais” detenham o poder de decidir, raramente elas se envolviam no cultivo da terra ou na criação de animais. “Sou agricultora, me sinto agricultora. Antes eram só os homens que trabalhavam e agora eu também coloco a mão na terra. Temos trabalho todos os dias, da sementeira à irrigação”, relata Lucero Granadillo, líder da comunidade Tutchon.

Povo de resiliência milenar, os Wayuu e Tutchon são donos de uma lavoura onde além do milho também crescem feijões, berinjelas, mandiocas, ervilhas e pimentões. Enquanto admira os pés de tomate que crescem no viveiro protegido do sol abrasador, Luiz Granadillo já comemora a primeira colheita que se aproxima e que vai garantir alimento para a comunidade até o próximo verão. “Antes podíamos plantar somente quando chovia, e a última seca durou quatro anos. Agora, com o moinho de vento, temos água sempre e aqui não morremos mais de fome”, afirma.

### **Emergência alimentar**

No início de junho, a Agência da ONU para os Refugiados (Acnur) divulgou que de um total de 4 milhões de venezuelanos que fugiram do regime de Nicolás Maduro, 1,3 milhão vieram para a Colômbia. E os colombianos retornados e venezuelanos que voltam às terras ancestrais são uma minoria.

A maior parte dos migrantes não tem acesso a terras e se concentra nos núcleos urbanos, onde a emergência se transformou em algo permanente. Para levar alimentos a milhões de pessoas, o PMA trabalha em conjunto com programas sociais do governo colombiano e outras organizações sem fins lucrativos. Foram criados refeitórios ao longo da fronteira onde são servidas duas refeições diárias num total de mais de 28 mil pratos por dia.

“Esse número vem crescendo paulatinamente com o aumento da população venezuelana imigrante e, como estamos perto da fronteira, o fluxo é permanente. A população migrante venezuelana é a nossa prioridade, com preferência às mães lactantes e gestantes e crianças menores de 5 anos, que são a maioria, assim como a população vulnerável de colombianos retornados”, destaca Sandra Ribeira, coordenadora geral da Fundação Guajira Naciente.

Juan Santiago, 18 anos, terminou de comer um prato de macarrão com frango, arroz e salada. Ele deixou Maracaibo junto com a mãe e com a irmã. Os avós ficaram na Venezuela. “Estou aqui há 5 meses e hoje temos o que comer e graças a Deus uma senhora quis nos ajudar e não pagamos onde estamos hospedados.

Espero que algum dia a situação da Venezuela melhore para que possamos voltar. Mas não sei como poderá melhorar, talvez um milagre de Deus”, diz Juan, após um longo silêncio.

Alejandro Flores, 29 anos, está na Colômbia há quase dois anos. Ele denuncia maus-tratos por parte de colombianos. “Nos tratam como se fôssemos indigentes porque não é sempre que temos dinheiro para alugar um lugar onde dormir e acabamos por dormir pelas ruas”, desabafa.

Conforme as pessoas acabam as suas refeições vão parando para escutar Alejandro conversar com a reportagem. Apesar de todas as dificuldades, algo em sua voz e gestos remete a uma dignidade que ainda não foi perdida. Em um tom politizado, o jovem venezuelano afirma que queria mesmo era estar em seu país.

“Eu digo ao presidente Maduro que aceite a realidade em que nos encontramos porque não temos bem-estar em nenhum outro país. Deixamos nossas casas e emigramos porque há esse governo ruim, não há matéria-prima, não tem alimentação, não há nada que reivindicamos. Aqui, nossas crianças não podem estudar porque não temos como comprar os uniformes e os materiais escolares. Oxalá o presidente possa nos escutar e deixar entrar as ajudas humanitárias de todos os países, não porque estariam interessados no petróleo como ele pensa, mas porque nos ajudam de coração. Ele tem o coração corrompido e quer fazer isso com todos nós venezuelanos”, diz aliviado.

### Acordo de Paz

A emergência migratória agrava-se em um momento muito delicado para a Colômbia. O país trabalha para consolidar o Acordo de Paz assinado em 2016 entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). A desmobilização dos territórios das FARC trouxe à tona terras que ficaram abandonadas por anos a fio.

Henri Bitu, 65 anos, voltou a cultivar mamão e feijão em um terreno arrendado pela cooperativa de pequenos produtores da qual faz parte. As terras, em meio às montanhas que delimitam a fronteira natural entre a Colômbia e a Venezuela, eram local de passagem de grupos paramilitares e guerrilheiros.

“Tinha muito medo de vir para a roça porque poderiam nos acusar de algo. Hoje, durmo sozinho aqui, já não tenho mais medo e ninguém rouba. Posso ir até o povoado e ficar por lá quatro ou cinco dias e quando volto tudo está no lugar”, afirma.

Outro colega de cooperativa, Fidelio Medina Jimenez, 70 anos, prepara a terra para as futuras mudas de mamão. Ele conta que cerca de 90% de todos os seus ganhos vão para pagar o aluguel do terreno. “Nós não temos terra, precisamos do nosso pedacinho de terra e de ajuda para vender a nossa produção”, lamenta.

Enquanto a situação das terras não se resolve, a FAO atua para mitigar as despesas dos pequenos agricultores. “Estamos trabalhando para ajudá-los a estabelecer novos acordos comerciais para aumentar as vendas. A médio e longo prazo eles poderão, por meio de linhas de crédito específicas, financiar a compra das próprias terras”, aposta Julia Montezuma, coordenadora de território da FAO em La Guajira.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Colômbia apresenta altos índices de concentração de terras e de subutilização de áreas para práticas agrícolas: 1,1% são proprietários de 52,2% das terras e dos 21,5 milhões de hectares cultiváveis apenas 4,1 milhões são utilizados para a agricultura.

Esses números confirmam o ponto nevrálgico que levou a décadas de conflito armado, encerrados oficialmente com a assinatura do Acordo de Paz. Os anos de guerra civil fizeram com que mais de 7 milhões de pessoas tivessem que se deslocar. Um número que coloca a Colômbia à frente da Síria no volume de deslocados internos. O Acordo de Paz prevê a Reforma Rural Integral, um processo que ainda requer muitos anos para solucionar o acesso às terras que atualmente se encontram em uma situação jurídica transitória.

“Um dos principais problemas da Colômbia é a iniquidade que é refletida não só na renda da população, mas também na distribuição da terra. É um problema que se arrasta por décadas, e a ideia é ver como podemos avançar nos processos de formalização e compra de terras para a redistribuição para a agricultura familiar. A FAO e o governo colombiano estão dispostos a promover a conciliação pacífica para a questão da terra”, diz Alan Bojanic, representante da FAO para a Colômbia.

A norma que guia o trabalho da FAO na distribuição de terras está descrita nas Diretrizes Voluntárias de Acesso à Terra, um acordo assinado pelos países membros da organização no contexto da segurança alimentar em vigor há uma década.

“Na América Latina, a diretriz é respeitar o direito tradicional do acesso e da posse da terra aos povos originários, aos pequenos produtores e impedir a concentração de terras por compra ou por ocupação, além de uma série de outras regras de uso e tenência da terra. Este trabalho tem sido reconhecido pelos governos por ser menos conflitivo do que aquele processo tradicional de simplesmente desapropriar e distribuir terras. Não que isso não seja necessário, ainda acho que em muitos casos a desapropriação fundiária seja o único caminho, mas hoje há uma série de outras técnicas que aplicamos com bons resultados e que igualmente

permitem aumentar o acesso à terra aos pequenos produtores”, pondera o diretor-geral da FAO, José Graziano da Silva.

### Cultivo de coca

A reconciliação agrária na Colômbia encontra um grande obstáculo nos cultivos ilegais. As plantações de coca voltaram a aumentar após atingirem uma área mínima de 50 mil hectares. Atualmente, ocupam mais de 200 mil hectares, inclusive com cultivos dentro de parques nacionais. Entre os principais fatores que impedem a transição para cultivos legais está a alta resistência da planta de coca a pragas e condições climáticas adversas, além do fato de produzir até três colheitas ao ano.

Bojanic explica que a destruição de cultivos ilegais cabe ao Escritório das Nações Unidas contra às Drogas e o Crime (UNODC), em parceria com agentes do governo colombiano.

“O governo está fazendo um grande esforço para a redução manual das plantações de coca, evitando o uso de herbicidas que ameaçam a saúde. É um trabalho lento, caro e de altíssimo risco porque muitas zonas de coca são protegidas por minas terrestres. A FAO entra depois com sugestões de novos cultivos aos produtores que se encontram em situação precária e necessitam de orientação para iniciar uma nova produção”, conta.

### Orçamento em risco

A maior parte do orçamento da FAO na Colômbia é assegurada pelo governo de Iván Duque Márquez. Contudo, países como Brasil e Suécia também financiam uma parte da verba que é utilizada nos programas de resiliência nas comunidades Wayuu. Para o PMA, o maior doador são os Estados Unidos, que até junho haviam contribuído com US\$ 2,7 bilhões para a segurança alimentar em nível global – quase o mesmo valor investido pelos EUA em missões de paz.

Carlo Scaramella, diretor do PMA na Colômbia, revela que o orçamento do programa no país para 2019 é de US\$ 75 milhões, mas que até agora somente 50% do valor foi arrecadado. Para continuar o trabalho de assistência humanitária, o diretor faz um apelo aos doadores, sobretudo à União Europeia.

“A Colômbia não recebe o apoio que deveria da Europa pelo grande trabalho de acolhida que está realizando. É um modelo de acolhida para o mundo e neste sentido deveria ser apoiado por mais países, a comunidade internacional deveria ser mais generosa. Neste momento, assegurar a assistência humanitária para um país como a Colômbia significa garantir também a estabilidade do Estado”, conclui Scaramella.

*\*Rafael Belincanta viajou a convite do Programa Mundial de Alimentação das Nações Unidas.*

Link: <http://br.rfi.fr/americas/20190627-colombia-o-outro-lado-da-crise-na-venezuela>

## Em Foco V

### *Quando Óscar e Valeria ainda não tinham migrado*

*El Salvador aguarda os corpos do pai de família e da filha de um ano que morreram tentando atravessar o rio Bravo rumo aos Estados Unidos*

**Por: J. Lafuente**  
**27/06/2019**

Óscar e a filha Valeria posam, em uma de suas últimas fotos juntos, com um sorriso tímido. Ela acabava de completar um ano e usava uma touca rosa. Ele, então com 24 anos, a abraça e a segura entre as pernas. A imagem foi divulgada depois de outra fotografia deles, mostrando seus corpos de bruços, afogados em um rio, ter dado a volta ao mundo como amostra do drama migratório que vivem milhares de centro-americanos que tentam chegar aos Estados Unidos. Do tratamento muitas vezes desumano que recebem, primeiro no México e depois no vizinho do norte, onde o endurecimento das políticas migratórias provocou alarme.

Filippo Grandi, comissário-geral do ACNUR, a agência para refugiados da ONU, ressaltou que a morte do jovem salvadorenho e de sua filha são consequência dos fracassos dos Governos que não conseguiram enfrentar a crise migratória. “As mortes de Óscar e Valeria representam o fracasso na hora de conter a violência e o desespero que empurra essas pessoas a empreenderem perigosas viagens em busca de uma vida segura e digna”, afirmou Grandi.

Os dois, junto com Tania, a mulher e mãe da menina, partiram para o México no começo de abril. Passaram algum tempo em Tapachula, onde obtiveram um visto humanitário graças à política de portas abertas com a

qual o Governo de López Obrador iniciou o mandato de seis anos. Uma linha que mudou depois das ameaças de Trump e obrigou o presidente mexicano a endurecer as políticas migratórias, o que nas últimas semanas levou a um agravamento das imagens e das condições de vida tanto na fronteira sul quanto na norte, onde os dois salvadorenos morreram. A família de Óscar e Valeria aguardava nesta quinta-feira em El Salvador o repatriamento dos corpos. O presidente Nayib Bukele se comprometeu a arcar com as despesas depois que um dos membros da família pediu ajuda.

**Link:**

[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/27/internacional/1561661219\\_955185.html?fbclid=IwAR07wvZEwI8-wPFiISBJfLjg\\_O8H8CCEjvJORaFNNqUmC9tRz0RPjAiA6uY](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/27/internacional/1561661219_955185.html?fbclid=IwAR07wvZEwI8-wPFiISBJfLjg_O8H8CCEjvJORaFNNqUmC9tRz0RPjAiA6uY)

## *Em Foco VI*

---

**Mobilização por educação confronta bolsonaristas nas redes e testa força nas ruas  
Movimentação no Twitter contra cortes de verba supera a da Previdência e lidera contra-ataque à difamação no WhatsApp. Governo sofre derrota e ministro terá de falar a deputados nesta quarta**

**Por: Beatriz Jucá  
15/05/2019**

Os cortes de verbas nas universidades públicas e o cancelamento de mais de 3.000 bolsas de pesquisa anunciados pelo Governo Federal no fim de abril desencadearam intensas manifestações de usuários nas redes sociais e começaram a movimentar as peças de um tabuleiro político virtual até então dominado por bolsonaristas. Desde que o ministro Abraham Weintraub disse que cortaria recursos de universidades que promovessem "balbúrdia" em vez de melhorar o desempenho acadêmico, no dia 30 de abril, o WhatsApp foi infestado por imagens e mensagens que ridicularizavam essas instituições, muitas delas de teor sexual. A ação foi orquestrada por grupos mais alinhados à direita, avaliam pesquisadores que monitoram manifestações políticas nas redes sociais desde as últimas eleições, quando o fenômeno mudou de escala no Brasil. Pela primeira vez, no entanto, essa rede de apoio ao presidente encontrou uma resistência mais forte, a partir de uma contranarrativa da comunidade acadêmica, que começou a compartilhar suas experiências pessoais e produções na universidade, principalmente pelo Twitter. A movimentação em torno do tema rivaliza com um debate mais antigo e também crucial para o Governo: o da reforma da Previdência.

Para os pesquisadores, trata-se de um índice não desprezível do movimento, que começa a confrontar a hegemonia virtual dos bolsonaristas e tem seu teste de força nas ruas nesta quarta-feira, nos diversos protestos marcados para acontecer todo o país em defesa da Educação e contra os cortes de verbas nas universidades federais. São mais de 7 bilhões de reais congelados em todos os níveis educativos, incluindo o não repasse de 30% do orçamento não obrigatório das instituições de ensino superior. A mobilização cresceu na esteira da greve nacional de um dia já convocada por professores contra a reforma previdenciária e a organização das manifestações não está apenas nas redes sociais, mas também nos tradicionais espaços de mobilização, como sindicatos e assembleias universitárias. Os partidos políticos, porém, têm se mantido comedidos até agora, ainda que apoiem os atos, numa tentativa de criar uma rede de coalizão e atrair novos atores em um momento político que segue marcado por uma forte polarização. A movimentação ganhou a esperada adesão da UNE (União Nacional dos Estudantes), mas também endossos menos óbvios, como das principais universidades estaduais de São Paulo (USP, Unicamp e Unesp) e de uma série de colégios particulares da capital paulista, a maior cidade do país.

Um dia antes do ato geral pela educação, o ministro Weintraub ignorava o desgaste do Governo com as ações anunciadas para as universidades e defendia a presença policial nas instituições, que segundo ele não poderiam confundir autonomia com soberania. O Governo ainda veria a mobilização em torno do tema virar uma arma dos parlamentares da Câmara, inclusive governistas, insatisfeitos com a relação do Planalto com o Congresso. De surpresa, a oposição e nomes do Centrão (entre eles PP e MDB), aprovaram por 307 votos a 82 convocar o ministro dar explicações aos 513 deputados nesta própria quarta-feira.

Balbúrdia e contra-ataque

A derrota do Governo esquentou ainda mais o ambiente virtual. Bolsonaro mencionou, algo enigmaticamente na semana passada, que o Governo deveria se preparar para um "tsunami" nos próximos dias. A mobilização pela educação pegou a deixa e transformou em hashtag do Twitter, que ficou entre os temas mais

comentados da rede na véspera dos protestos. "As plataformas de redes sociais hipervalorizam as posições individuais, e é mais difícil levar essas pessoas que se manifestam para as ruas. Vai ser um grande teste", diz Fábio Malini, do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic), da Universidade Federal do Espírito Santo.

Malini monitorou as publicações no Twitter sobre os cortes nas universidades entre os dias 3 e 10 de maio. E constatou que as reações sobre o assunto se aproximavam daquelas relacionadas à reforma da Previdência na rede social. Nesta semana, os cortes na Educação superaram a Previdência, segundo ele. O pesquisador ainda estima que apenas 8% das interações sobre o assunto no Twitter apoiavam o contingenciamento do Governo. Malini diz que o compartilhamento de experiências afetivas e individuais acabou atraindo usuários menos politizados e mesmo simpatizantes de Bolsonaro ao movimento em favor da Educação. "Os estudantes que não eram engajados na política estão se engajando contra os cortes [nas universidades]. Sobretudo no Twitter, que tem maior relevância hoje que Facebook e que o próprio WhatsApp, que a gente sabe que teve uma relevância importante nas últimas eleições, mas que atinge uma população mais idosa, de 60 anos pra cima", afirma.

Do WhatsApp vieram outras informações sobre o clima da opinião pública. Uma base de dados mantida pelo pesquisador Fabrício Benevenuto — professor de Ciências da Computação da UFMG e criador do projeto Eleições sem Fake — monitora aproximadamente 350 grupos de WhatsApp desde as eleições. A plataforma, à qual o EL PAÍS teve acesso, demonstra que houve um boom de imagens e memes contra as universidades públicas após o anúncio de contingenciamento feito pelo ministro Weintraub. A maioria dos conteúdos que começaram a ser massivamente compartilhados a partir do dia 30 de abril e tiveram maior pico de distribuição nos dias 2 e 3 de maio, tem teor sexual e contém imagens com supostos estudantes nus no ambiente universitário, além da publicação de teses e monografias alvo de críticas por um conteúdo considerado ideológico e, portanto, um "desperdício" de recursos. O tema dominou, durante dias, as mensagens mais compartilhadas nestes grupos. As publicações das imagens, sem contextualização, teriam o objetivo de embasar os argumentos do Governo de que há "balbúrdia" e "doutrinação marxista" nesses espaços.

"A gente percebeu com uma certa clareza que houve um ataque orquestrado [contra as universidades]", afirma Sérgio Denicoli, diretor da análise de consultoria AP/Exata, que também acompanha como os bolsonaristas atuam nas redes sociais desde as eleições, a partir de suas interações sobre temas relacionados ao Governo. Denicoli não tem dados específicos sobre o aumento das interações sobre o tema, mas analisa que os grupos bolsonaristas no WhatsApp seguem mobilizados (embora em escala menor do que nas eleições) para defender o Governo, publicando conteúdos em apoio ao presidente e suas pautas. O discurso, porém, já não tem a mesma influência que tinha no período eleitoral. "Os bolsonaristas estão bem receosos, a gente observa isso nos grupos do WhatsApp. O que eu tenho percebido é que a bolha Bolsonaro tem falado cada vez mais para ela mesma, tanto que os índices de reprovação do presidente vêm crescendo. E eles realmente estão falando com um discurso radical que tem ficado ali", avalia Denicoli.

É neste contexto que o movimento em defesa do investimento nas universidades federais e na Educação começa a ganhar força no confronto de narrativas que, desde as eleições do ano passado, são disseminadas (e dominadas) por bolsonaristas nas redes sociais, especialmente no WhatsApp. As publicações que ridicularizavam as universidades e as declarações do ministro da Educação provocaram uma reação da comunidade acadêmica, que iniciou no Twitter uma campanha na qual professores, alunos e ex-alunos compartilhavam suas experiências acadêmicas e pediam mais recursos para as pesquisas em vez dos cortes impostos a instituições que já funcionavam com carência orçamentária.

Denicoli avalia que as pessoas envolvidas nas universidades se sentiram agredidas e incomodadas com postagens e discursos de teor mais moralista e reagiram com a publicação de vivências positivas ignoradas nas narrativas dos apoiadores do Governo. O analista concorda com Malini, do Labic, e diz que essa reação foi forte porque envolveu atores que não estavam imersos no debate político radicalizado das redes. "O que acontece nas redes é uma guerra de retórica, pela narrativa. Neste momento, temos grupos fortes de direita que impõem uma narrativa desde as eleições, mas agora há um grupo opositor mais articulado", diz. E complementa: "Os grupos vitoriosos na eleição foram mais competentes, mas outros grupos perceberam e já começam a usar essas ferramentas também. O tabuleiro político está se recolocando [nas redes sociais], mas isso é um processo".

**Link:**

[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557853974\\_560498.html?fbclid=IwAR3aDoKEgb3X0uH7CxZqy17rkRP2b\\_w80X6xlLqoEM5Gsc6FlemVgGpOEU](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557853974_560498.html?fbclid=IwAR3aDoKEgb3X0uH7CxZqy17rkRP2b_w80X6xlLqoEM5Gsc6FlemVgGpOEU)

## Agenda Acadêmica

---

### **VII Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje**

**Data:** 02/10/2019 a 04/10/2019

**Local:** Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ – Rio de Janeiro/ Brasil.

**Link:** <http://www.proealc.uerj.br/seminariovi/index.htm>

Os trabalhos deverão ser enviados até 30 de Julho de 2019. Mais informações no site do PROEALC (link acima).

### **Encontro Nacional de Sociologia, Política e História Intelectual: reflexões sobre cidadania e direitos**

**Data:** 26/11/2019 a 28/11/2019

**Local:** FUNEPE - Penápolis - São Paulo – Brasil.

**Link:** <https://www.even3.com.br/ensph/>

## Lançamentos

---

### **MARX E A CRÍTICA DO MODO DE REPRESENTAÇÃO CAPITALISTA. Jorge Grespan. Boitempo, 2019.**

#### **Sinopse:**

*Em Marx e a crítica do modo de representação capitalista, o professor Jorge Grespan recupera o conceito de “modo de representação”, parte fundamental da crítica de Karl Marx à sociedade capitalista. Mediante uma análise filológica minuciosa, o autor restaura de maneira inédita o conceito e estabelece sua relação com o correlato mais conhecido, o “modo de produção” capitalista. O termo “representação” designa todo um conjunto de práticas econômicas e de percepções da realidade que culminam nas formas de distribuição do mais-valor analisadas no Livro III de O capital. Assim, a representação expõe e explica os processos de inversão executados pelo capitalismo e descritos por Marx em sua obra, que, não por acaso, começa pelo “fetichismo” da mercadoria e se encerra com a “fórmula trinitária”.*

### **A CLASSE TRABALHADORA: DE MARX AOS NOSSOS TEMPOS. Marcelo Badaró. Boitempo, 2019.**

#### **Sinopse:**

*Em A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo, o historiador Marcelo Badaró contribui de forma decisiva para os estudos do trabalho ao combinar uma síntese da elaboração de Marx e Engels sobre a classe trabalhadora com o debate sobre o perfil atual do proletariado no Brasil e no mundo. Embasado em análises sociológicas e historiográficas sobre a formação, a composição e o papel da classe como sujeito histórico-social, o autor recupera o conceito de classe trabalhadora e mostra suas origens e seus movimentos, apresentando também um panorama de algumas de suas principais tendências hoje. A obra se inicia pela síntese das principais contribuições de Marx e Engels (e, de forma complementar, de autores marxistas do século XX) para o entendimento das categorias de classes sociais, luta de classes e classe trabalhadora, mostrando como elas permanecem pertinentes como caminho de compreensão do mundo em que vivemos. A seguir, são apresentados diferentes exercícios de diálogo entre essas discussões de Marx e dos marxismos sobre a classe trabalhadora e elementos empíricos da realidade da classe nos dias que*

*correm. A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo é leitura fundamental para quem deseja compreender os processos de composição e luta das trabalhadoras e dos trabalhadores hoje e historicamente.*

**REFUGIADOS: O GRANDE DESAFIO HUMANTÁRIO.** Gilberto M. A. Rodrigues. Moderna, 2019.

**Sinopse:**

Refugiados - O grande desafio humanitário é uma introdução ao tema do refúgio, a partir de perspectivas das relações internacionais, política e direito internacional. Aborda como o Brasil protege e integra refugiados e os desafios atuais sobre o tema.

**Expediente**

**Reitor**

Prof. Ruy Garcia Marques

**Vice-reitora**

Profª Georgina Muniz

**Sub-reitora de Graduação**

Profª Tania Maria de Castro Carvalho Netto

**Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa**

Profª Egberto Gaspar de Moura

**Sub-reitora de Extensão e Cultura**

Profª Elaine Ferreira Torres

**Diretor do Centro de Ciências Sociais**

Prof. Domenico Mandarino

**Coordenadora do PROEALC**

Profª Silene de Moraes Freire

**Editora Responsável**

Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Dra. Larissa Costa Murad

**Coordenação de Produção**

Dra. Larissa Costa Murad

(PNPD/PROEALC/CCS/UERJ)

Ms. Laís Morgado Marcoje

(PROATEC/PROEALC/UERJ)

Gabriel Santos de Andrade

(PROEALC/CCS/UERJ)

**Diagramação**

Larissa Costa Murad (PNPD/UERJ)

**Revisão**

*Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.*